



35624873



08004.000008/2026-95



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (35626189)

Da ta	31/03/2026	
Loc al	MJSP - 3º ANDAR sala 304	
ITE M	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO
2	Júlia Vida Bandejas Santos	SENACON
3	Eduardo Barros	SENACON
4	Maria do Carmo Rodrigues Macedo	SENAJUS
5	Mônica Barreto Nóbrega de Lucena	SENAJUS
6	Vanessa Luz	SENAPPEN
7	Lucas Eneas de Rezende	SENAPPEN
8	Ludimila Gomes de Amorim Mota	PF
9	Monique Rodrigues	PF
10	Daniel Russo	PF
11	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF

Da ta	31/03/2026	
12	Isabelle de Morais Henriques	PRF
13	Priscilla Oliveira	SENASP
14	Genivaldo dos Santos Costa	SENASP
15	Ana Luiza Vilela de Viana Bandeira	SENAD
16	Caroline Almeida Sodre	SENAD
17	Natalia Rosa Chaves	SENAD
18	Priscila Yuvamoto	CADE
19	André Botelho Vilaron	CADE
20	Pedro Henrique de Moraes Cicero	SAJU
21	Ewandjôecy Francisco de Araújo	SAJU
22	Gabriela Mendes Freitas Galete	ANPD
23	Mariane Cortat	ANPD
24	Juliana Amorim de Souza Nogueira	SEDIGI
25	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
26	Adenísio Alvaro Oliveira de Souza	AECI
27	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
28	Rodrigo Albernaz Bezerra	STI
29	Solange Berto de Medeiros	STI
30	João Vitor Elpidio Ferreira	SENAPPEN
31	Marcelo Rocha Cortez	SENAPPEN
32	William Pereira	PRF
33	Osny da Silva Filho	SENAACON
34	Renan de Souza Dias	ANPD

Da ta	31/03/2026	
35	Thabata Ellen do Nascimento Manhica	SENAPPEN
36	Fabício Arthur Galupo Magalhães	SENAJUS
37	Gilmar Araujo de Sousa	CGOF/SPO/SE
38	Raphael Baggio de Luca	PF
39	Gustavo de Oliveira Antônio	SAJU
40	Sabrina Adny	ANPD
41	Isabella Porfírio Rosa	PF
42	Lorena costa Pereira	SENACON
43	Lucas Rezende	SEANAPPEN

Pauta da reunião (35626261)	1. Governança em Ação; 2. Monitoramento das Políticas Públicas; 3. Informações Gerais; e 4. Encaminhamentos.
--	--

- 1) A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi aberta pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que deu boas-vindas aos participantes e apresentou a pauta do encontro, composta pelos temas: “Governança em Ação: Práticas que Fazem a Diferença”, monitoramento de políticas públicas, informes gerais e encaminhamentos.
- 2) Foi apresentada uma iniciativa em desenvolvimento para implantação de sistema informatizado de acompanhamento dos colegiados do Ministério, em substituição ao uso de planilhas. Informou-se que o sistema foi desenvolvido em parceria com a Polícia Federal, utilizando a plataforma Apex, e permitirá o cadastro de colegiados e participantes, a gestão descentralizada pelas unidades dessas informações, o aumento da transparência ativa, além da facilitação do contato entre integrantes de diferentes colegiados. Ressaltou-se que o sistema se encontra em fase final de desenvolvimento e será apresentado detalhadamente em momento oportuno.
- 3) Já na pauta de monitoramento de Políticas Públicas, o senhor Osny da Silva Filho, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), apresentou panorama da política pública da Política de Regulação e Fiscalização de Consumo da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, destacando o funcionamento e os resultados do Sistema de Recall, que atingiu número superior às metas inicialmente estabelecidas, com destaque para recalls de airbags, além das ações de monitoramento de mercado, especialmente no setor de combustíveis, em razão de riscos de aumento injustificado de preços em contexto internacional. Tratou também da articulação com PROCONs e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, ressaltando a efetividade do controle das margens de lucro e das medidas regulatórias recentes, como a portaria que determina a segregação de preços em plataformas digitais de transporte e

entrega. Além disso, apresentou as estratégias adotadas para enfrentamento de práticas abusivas e monitoramento de novas tecnologias, incluindo inteligência artificial. Por fim, houve reflexões sobre a necessidade de revisão de indicadores, especialmente quanto à mensuração de resultados do recall e da resolutividade da ferramenta Consumidor.Gov, havendo debate entre os participantes, com contribuições relativas à revisão de metas, indicadores de desempenho e potencial de aprimoramento dos sistemas de informação da política de defesa do consumidor.

- 4) Em seguida, a senhora Thábata Ellen, representante da Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen, realizou apresentação da Política de Fortalecimento das Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal. Foi destacado o objetivo de apoiar e fortalecer ouvidorias e corregedorias do sistema penal, promovendo autonomia, independência e estrutura adequada. Demonstrou o diagnóstico da estrutura deficitária das unidades, bem como da necessidade de capacitação e disseminação de informações sobre direitos e deveres e as entregas da política, entre elas: elaboração de manuais, cartilhas, inspeções sistematizadas, doação de equipamentos, veículos e fortalecimento institucional. Foi apresentado o alinhamento com instrumentos estratégicos como o Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e as diretrizes do planejamento estratégico federal. Logo após, o Ouvidor Nacional, João Vitor, complementou a apresentação, abordando a atuação da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais na criação da Rede Nacional de Ouvidorias do Sistema Penal, com a publicação de instrução normativa com parâmetros mínimos de funcionamento. Além disso, é realizado pela Senappen investimentos em tecnologia, inteligência artificial e capacitação, demonstrando o panorama orçamentário e planejamento de aquisições para o exercício de 2026.
- 5) Ao final das apresentações, os participantes parabenizaram a equipe pelas entregas e discutiram oportunidades de aprimoramento de indicadores e integração com ações de integridade institucional.
- 6) Na sequência, foram apresentados os informes gerais, tratando da Revisão das Informações da Carteira de Políticas Públicas MJSP, que vem sendo realizado desde 2025, de acordo com o cronograma de apresentações definido pela Comissão. Foi informado que após as apresentações de monitoramento de políticas públicas nas reuniões da CT-CGE, a CGGE/SPO vem realizando reuniões com os responsáveis por cada política, com o objetivo de revisar as informações da Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Destacou-se o escopo de revisão de informações referente à base legal, principais entregas, formas de implementação, planos e programas vinculados a cada política, público-alvo, entre outros. Além disso, vem sendo solicitada a revisão dos indicadores, a revisão da tabela de vinculação e, principalmente a atualização do Formulário de Detalhamento (*ex ante*) das políticas da Carteira. As unidades serão contatadas para atualização e aprimoramento das informações de suas políticas na carteira institucional.
- 7) Por fim, foi informado sobre o início dos trabalhos para elaboração do Relatório Qualitativo de Monitoramento das Políticas Públicas de 2025, com prazo preliminar para devolução das informações até 29 de maio de 2026, considerado adequado pelos presentes na reunião. No âmbito desse monitoramento, as unidades precisam relatar de forma estruturada as entregas realizadas no período e os resultados alcançados ao longo do exercício de 2025 (janeiro a dezembro), os quais deverão ser apresentados de maneira segregada conforme os temas transversais da agenda governamental, tais como igualdade racial, meio ambiente, mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes (incluindo primeira infância). Ademais, deverão ser descritos os instrumentos utilizados na execução das políticas públicas, bem como as dificuldades enfrentadas e as soluções adotadas ao longo do processo. O relatório deverá também contemplar informações sobre programas, planos e ações desenvolvidos no âmbito da política, de iniciativa da própria unidade ou em articulação com outros órgãos, além da identificação dos riscos enfrentados na execução. É importante também que o documento apresente uma análise conclusiva, destacando as informações relevantes para a avaliação dos resultados alcançados no período. Para fins de padronização, deverá ser utilizado o Formulário de Monitoramento de Política Pública disponível no SEI-MJ.
- 8) Ao final, o Coordenador da Comissão agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião..

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião:

- 26/05/2026, às 15h, sala 304, Edifício Sede, com as apresentações:
 - SENASP: Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas;
 - SENACON: Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA DORIGAO YUVAMOTO**, Usuário Externo, em 18/05/2026, às 16:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUDIMILA GOMES DE AMORIM MOTA**, Usuário Externo, em 18/05/2026, às 16:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Antonio, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 18/05/2026, às 16:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Albernaz Bezerra, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Segurança de T.I.C.**, em 19/05/2026, às 12:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Araujo de Sousa, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 19/05/2026, às 12:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 20/05/2026, às 16:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Barreto Nobrega de Lucena, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 20/05/2026, às 16:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 20/05/2026, às 21:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - Substituto(a)**, em 22/05/2026, às 09:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 27/05/2026, às 19:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 01/06/2026, às 10:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **35624873** e o código CRC **C737E12E**
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.